

Silenciamento indígena sobre mudanças climáticas: breve análise dos cinco maiores jornais brasileiros¹

Gabriel Diniz GRUBER²

Thamires Ribeiro de MATTOS³

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP

Centro Universitário Adventista de São Paulo, Engenheiro Coelho, SP

RESUMO

As florestas estão sendo um campo de guerra. Nesta disputa de narrativas, ideologias, economias, notícias, linguagens e saberes, a destruição do território tem sido cada dia mais concreta e mensurável a mais e mais pessoas, a começar pelos povos originários. Conforme exposto por Tuchman (1978, p. 1), “News is a window on the world [...]. But, like any frame that delineates a world, the news frame may be considered problematic”. É a partir desses pressupostos que analisamos a cobertura dos cinco maiores jornais brasileiros (Super Notícia; O Globo; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; Zero Hora) sobre mudanças climáticas e a atuação dos povos indígenas como protetores da biosfera durante agosto de 2021. Em março do mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que os povos indígenas são os maiores protetores das florestas na América Latina no relatório *Forest governance by indigenous and tribal peoples: An opportunity for climate action in Latin America and the Caribbean*. O mesmo relatório declarou que os territórios indígenas brasileiros são os que mais têm espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios comparados a quaisquer outros territórios nacionais. A metodologia é a análise qualitativa e quantitativa, assim como revisão bibliográfica. Nossos objetivos são: coletar e analisar dados sobre a relação dos maiores jornais do país em reportagens sobre clima e os povos originários, e, a partir dos resultados obtidos, discutir os caminhos epistemológicos da sociedade e ciência. O trabalho reitera que o mundo midiático promove processos alienantes ou reveladores, opiniões, costumes, comportamentos e identidades, enquanto sua delimitação das margens e da

¹ Trabalho apresentado na DT 8 - Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 26 a 28 de maio de 2022.

² Mestrando em Linguística do IEL, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), email: gabriel.dgruber@gmail.com.

³ Mestra em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bacharela em Jornalismo pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp). Professora para os cursos de Comunicação e Social e Jornalismo do Unasp, email: thamiresmattos@gmail.com.

marginalização serve de criador de indiferenças (KELLNER, 2001). Assim, todas as reportagens dos jornais Super Notícia, O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Zero Hora em agosto de 2021 com as palavras-chave “mudanças climáticas” foram lidas e classificadas. Em uma planilha, inserimos, em ordem: o jornal em que a notícia foi publicada; a data de publicação da notícia; o título da notícia; o link de acesso da notícia; menções aos povos indígenas contabilizadas na notícia; entrevistas com pessoas indígenas na notícia; e, para finalizar, entrevistas com pessoas indígenas relacionadas às mudanças climáticas, biodiversidade ou temas adjacentes. A pesquisa contabilizou 199 reportagens analisadas. Delas, 67 (33.7%) foram publicadas no jornal O Estado de S. Paulo, 21,6% foram do jornal O Globo, 20,6% do jornal Folha de S. Paulo, 16,6% do Zero Hora e 7,5% do Super Notícia. Apenas 13 das 199 matérias (aproximadamente 6,5%) fizeram menção aos povos indígenas. 9 matérias mencionam os indígenas apenas uma vez; duas matérias mencionam os indígenas duas vezes; e duas matérias mencionam os indígenas 6 vezes, totalizando 25 menções. O jornal *Estado de S. Paulo* foi o que mais mencionou indígenas: foram 14 menções em 4 conteúdos. Sua abordagem em relação às mudanças climáticas é, em geral, voltada aos problemas econômicos causados. No entanto, as menções aos indígenas se referem ao crescimento do garimpo (*Garimpo cresce em unidades protegidas e ocupa área maior que mineração industrial no País*, 29 de agosto), opiniões de políticos (*Governo federal tem postura aquém do necessário sobre o clima, diz governador do ES*, 26 de agosto), análise da revista *The Economist* sobre o agronegócio (*The Economist: Mudanças climáticas vão trocar cultivos de lugar no mundo*, 30 de agosto) e protesto internacional em solidariedade aos indígenas brasileiros (*Centenas de pessoas protestam em Londres em solidariedade aos indígenas brasileiros*, 25 de agosto). Embora os protestos em solidariedade aos indígenas mencionem as mudanças climáticas, nenhuma reportagem da cobertura de protestos organizados por indígenas no território brasileiro abrange tal temática. Além disso, nenhum indígena é entrevistado pelo jornal. No Super Notícia, nenhuma das notícias fala ou fala de povos indígenas. Apenas um os menciona brevemente. A maioria dos artigos relacionados às mudanças climáticas são sobre agricultura, o relatório do IPCC e/ou desastres. Zero Hora tem uma abordagem semelhante às mudanças climáticas: a maioria dos conteúdos sobre essa área são sobre desastres ou agricultura. A Folha de S. Paulo fala muito sobre economia e agronegócio. Menciona os povos indígenas três vezes, mas nunca

os entrevista. De vez em quando fala sobre direitos humanos. O relatório do IPCC também foi um destaque. As menções aos povos indígenas são escassas. O Globo é o único jornal analisado que entrevista um indígena (Ailton Krenak, acadêmico brasileiro) sobre diversos temas, incluindo mudanças climáticas. Menciona os povos indígenas em apenas duas outras peças, ambas sobre a “Marca Temporal”. O jornal se concentra fortemente na economia e na política nacional enquanto fala sobre as mudanças climáticas. De modo geral, nenhum dos jornais analisados apresentou os povos indígenas de forma desfavorável; no entanto, eles foram mencionados apenas de forma breve e esparsa, não sendo invocados como fontes jornalísticas, por exemplo. A cobertura da COP26, por exemplo, não menciona povos indígenas lutando por justiça climática. Portanto, os povos indígenas parecem ter sido silenciados pelos cinco jornais aqui estudados. Em seguida, propomos uma compreensão mais profunda do pensamento indígena e sua importância para a biosfera e a logosfera (esta última abrangendo o jornalismo), ao mesmo tempo em que debatemos as origens desse “silenciamento”. José Carlos Mariátegui (2011), em um de seus artigos que criticava a organização da sociedade peruana que excluía os povos originários de sua terra, se valeu de uma analogia ao comparar a burrice de tal ato com a do avestruz que como mecanismo de defesa para fugir de seu problema busca esconder sua face dele (p. 85). Essa figura parece se encaixar bem com o padrão social que ainda busca fingir que se esconde dos dilemas que seu modelo econômico-ideológico gera. Como já afirmado, a ONU reconhece povos indígenas como os verdadeiros guardiões das florestas e seus conhecimentos como possíveis caminhos para evitarmos mudanças climáticas. Mas, para isso, precisamos questionar qual a relação entre nação e povos indígenas e seu histórico de conflito e domínio, assim como o espaço que houve para o conhecimento desses povos. Ailton Krenak (2017) apresenta o mito de uma humanidade que foi criada pela elite privilegiada da humanidade verdadeira: "Como é que, ao longo dos últimos 2 mil ou 3 mil anos, nós construímos a ideia de humanidade? Será que ela não está na base de muitas das escolhas erradas que fizemos, justificando o uso da violência?" (KRENAK, 2017, p.10). Para ele, os discursos que se valem de proteger, cuidar, investir na humanidade não incluem a sub-humanidade. Haveria esse discurso realmente mudado? Todos os povos que se afastam do arquétipo de humanidade estabelecida pela branquitude ainda são reféns de terem suas histórias recontadas e interpretadas à luz desta "uma humanidade" branca. A humanidade é um clube fechado

que limita as condutas de seus membros a um padrão único (KRENAK, 2017, p.13), e quem não distorce sua forma em uma longa e impossível odisséia para alcançar os padrões esclarecidos está condenado a fazer parte de uma sub-humanidade. Como discurso não pode ser declarado objetivamente pelos brancos, se faz necessário criar um discurso que pregue a diferença e inclusão, mas sem permitir que elas alterem o *status quo* dos poderosos e privilegiados. Em territórios marcados pela experiência colonial, existiria hoje uma “ética discursiva” neoliberal que argumenta em favor do reconhecimento da diferença e da inclusão do outro, com uma benevolência que sugere que aqueles a serem incluídos não têm muito a dizer sobre a forma como são reconhecidos e incluídos (MIGNOLO, 2008). A “tolerância à diversidade” restituiria a secular história de usurpações imputadas aos grupos hierarquicamente posicionados em condição de inferioridade (PONSO, 2018, p. 1520). Contudo, tal tolerância acabaria no momento em que a norma condutora da sociedade for questionada como hegemônica, sua forma, seu saber, sua validade, sua moralidade. Enquanto o jornalismo *mainstream* continuar o silenciamento dos povos indígenas para ainda manter a narrativa vinculada a quem se auto-proclamou dominadora dela, estes povos e seus conhecimentos não são respeitados, ficando reféns de práticas de dominadores. Língua, roupas, referências e pesquisas dos dominadores são o passaporte para fugir da exotização e desvalidação de seu discurso. Essa estratégia faz com que o indígena precise quebrar o estereótipo folclórico que lhe foi imputado, e, por outro lado, o faz arriscar a perda de identidade associada à sua ligação ancestral-territorial. Para garantir o poder sobre a narrativa colonial, colonizadores moldaram estereótipos sobre os seres colonizados, especialmente sobre os indígenas por meio de sua folclorização, os tornando elementos de uma pré-história, uma pré-humanidade. Ao nascerem já estáticos no tempo, em um processo de estagnação social sem "desenvolvimento" algum, aos moldes de desenvolvimento da sociedade dominadora, os povos originários nascem no passado, já mortos no presente, numa certeza de desaparecimento completo no futuro. Inutilizados os conhecimentos ultrapassados pela técnica dos civilizados. Mas ainda assim, romantizado pelas narrativas que definem para ele e ela o que é ser um "índio".

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; estudos indígenas; decolonialismo; epistemologia; jornalismo.

REFERÊNCIAS

KELLNER, D. **A Cultura da mídia – Estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARIÁTEGUI, J. C. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008

ONU Brasil. **Conhecimento indígena pode ajudar no enfrentamento da crise ambiental**. **ONU Brasil**, 9 de agosto de 2021, online. Disponível em: <https://bit.ly/3uwUomh>. Acesso em: 11 abr. 2022.

TUCHMAN, G. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: The Free Press, 1978.

PONSO, L. C. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, p. 1512-1533, 2018.